



## Assembleia de Freguesia de Rio de Mouro

### Ata Número Nove

Aos trinta dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia de Rio de Mouro, no Polidesportivo de Fitares, sito Alameda do Relógio, Rinchoa, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- Ponto 1 – Aprovação do mapa “Demonstração do desempenho orçamental” – Contas 2022 – incorporação do saldo da gerência 2022;
- Ponto 2 – Apreciação e votação do contrato interadministrativo para reforço do apoio alimentar às populações carenciadas da freguesia;
- Ponto 3 – Apreciação e votação do protocolo “Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas”;
- Ponto 4 – Apreciação e votação do contrato interadministrativo para serviço de atendimento e acompanhamento social integrado;
- Ponto 5 – Apreciação e votação do contrato interadministrativo para reforço gestão e conservação dos espaços públicos;
- Ponto 6 – Apreciação e votação do aditamento ao auto de transferência de recursos nº 129/2020, no âmbito da competência da gestão e manutenção de espaços verdes;
- Ponto 7 – Apreciação e votação da 2ª revisão orçamental;

**Presidente da Assembleia:** Vamos começar a nossa Assembleia de Freguesia, mas primeiramente queria pedir aos respetivos membros da Assembleia, porque me falta o primeiro e o segundo Secretário, se concordam e se votam positivamente que seja substituído pelo Lesses que venha-me ajudar na Assembleia. Portanto, quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, aprovado por unanimidade. Sr. Lesses, faz favor. Então, dando agora seguimento, eu pergunto ao público se alguém quer intervir. Ninguém quer intervir do público? Então faço a pergunta aos partidos políticos presentes na Assembleia se querem intervir. Chega? PSD, D. Eunice, Sales, Ana, Ana Vieira. Então dou a palavra D. Susana do Partido Chega, faz favor.

**Vogal Susana Beja (Chega):** Antes de mais boa noite à Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, Executivo, também a todos os membros do Executivo, caros colegas vogais,

público presente e sem exceção os funcionários da Junta, obrigada a todos. Queria pedir autorização aos colegas e à Assembleia, se era possível o meu colega de bancada me filmar, a mim, apenas e única e exclusivamente.

**Presidente da Assembleia:** Portanto, pede autorização para que fosse gravada a sua intervenção.

**Vogal Susana Beja(Chega):** Só a minha intervenção.

**Presidente da Assembleia:** Pelo seu colega de bancada.

**Vogal Susana Beja (Chega):** Pelo meu colega, só a mim.

**Presidente da Assembleia:** Ponho à Assembleia se autoriza ou não autoriza. Portanto, o pedido do membro do Chega é que seja gravada a intervenção dela pelo outro membro do seu partido.

**Vogal Ana Vieira (CDU):** Acho que isso não é... não é regular. Não é?

**Presidente da Assembleia:** Alguém quer interferir neste pedido, acerca deste pedido do Chega? Então vou pôr à votação. Quem vota contra, por favor levantar o braço.

**Presidente da Assembleia:** A que seja gravada a intervenção do Partido do Chega. Portanto, 9 votos contra. Quem se abstém? São dois votos do PSD de abstenção, dois votos do PS de abstenção e um voto do Bloco de Esquerda de abstenção. Quem vota a favor? Seis. Portanto, foi rejeitada por nove votos contra, seis a favor e cinco abstenções.

Portanto, faz favor, pode continuar, por favor.

**Vogal Susana Beja (Chega):** Obrigada. Eu venho apenas fazer um pedido de esclarecimento sobre um contrato de aquisição de serviços de assessoria ao Órgão Executivo. Por deliberação de 11/12/2020 foi autorizado pelo Órgão Executivo o procedimento de ajuste direto por deliberação de 07/01/2021, foi adjudicado pelo Órgão Executivo a aquisição de serviços de assessoria ao Órgão Executivo e ainda também por deliberação do Órgão Executivo no mesmo dia foi aprovado em minuta de contrato o compromisso número 138/2021. A 4 de fevereiro de 2021 foi celebrado pela Junta de Freguesia de Rio de Mouro, na pessoa do Sr. Presidente Executivo na altura, Bruno Nobre Parreira, o contrato com a Sra. D. Raquel Monte Vinha Ferreira Amaral, como segundo outorgante, com início a 1 de janeiro de 2021 e caducidade a 31 de dezembro de 2021, com o valor acordado de dezoito mil isentos de IVA. Venho assim pedir esclarecimentos e informações ao Presidente Executivo, se este contrato foi suspenso, quando foi suspenso, se foi pago até ao fim e se perfez um ano ou não, porque não se encontra informação em lado nenhum. Peço também ao Executivo que no prazo de 30 dias entregue à Assembleia documentos comprovativos dos atos acontecidos, visto isto não se encontrar disponível esta informação em lado nenhum. Precisamos de saber o cancelamento do mesmo, bem como a rescisão da atividade contratada por parte de qualquer dos outorgantes. Os Vogais do Chega apresentam isto.

**Presidente da Assembleia:** Então pode responder, Sra. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Boa noite a todos, boa noite Sr. Presidente da Mesa e Mesa, boa noite Executivo da Junta, Srs. Vogais da Assembleia de Freguesia, funcionários da Junta de Freguesia, público aqui presente. Sra. Vogal, vem atrasada, vários meses. O que a Sra. Vogal está a dizer foi o mote de campanha do Chega, eu sei que não era a Sra. Vogal. De qualquer das formas, acho que é um bocadinho repescado estarmos aqui a discutir coisas do Executivo passado, mas como não tenho absolutamente nada para esconder e nunca ganhei um cêntimo que não fosse meu, quer enquanto adjunta do anterior Presidente da Junta, quer enquanto atualmente Presidente de Junta, eu digo-lhe, quem tem de verificar se o meu contrato foi cessado não é nenhum dos senhores, é o Tribunal, porque eu fui candidata e para ser candidata tenho de cumprir uma série de disposições, incluindo não trabalhar para a autarquia a que me candidato. E como deve calcular, o Tribunal viu todas essas situações. E, portanto, é público, está registado no Tribunal, as listas tiveram em consulta pública quando foi tempo disso, mas claro, quando foi tempo disso foi em 2021. Mas como volto a dizer, não tenho absolutamente nada para esconder, a lista, se não me falha a memória porque estou a dar datas de memória, entrou no Tribunal no dia 1 de agosto de 2021 e eu já não era prestadora de serviços da Freguesia de Rio de Mouro. Fui prestadora de serviços da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, entrei com uma prestação de serviços em meados de 2018, se a memória não me falha, continuei em 2019, continuei em 2020, continuei em 2021 com tudo aprovado em reunião de Executivo com tudo escortinado, com as minhas declarações de não dívida à Segurança Social, às Finanças, com o meu registo criminal devidamente impecável... felizmente assim continua e quando me candidatei à lista pelas eleições autárquicas do Partido Socialista já não era funcionária da Junta. As pessoas... mas volto-lhe a dizer, foi mote de campanha do Chega e de uma forma muito injusta... e nunca puxei aqui esse assunto, mas puxo, porque nunca... o dizerem 18.000 euros parece uma coisa extraordinária... são 1.000 euros por mês. De qualquer das formas só ganhei até onde tive de ganhar porque tive de me demitir, como é óbvio, para ser candidata e para ser cabeça de lista do Partido Socialista. E isso são factos que o Tribunal comprova e isso são factos que vão nas declarações que todos os autarcas têm de entregar ao Tribunal. Portanto, nada temo, nunca fiquei com um cêntimo que não fosse meu, nunca fiz nada que não devesse fazer e quando a lista entrou no Tribunal toda a situação estava completamente legal e eu não era funcionária da Junta de Freguesia de Rio de Mouro. Obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Para intervir, o PSD, Sr. Rui Mourato, faz favor.

**Vogal Rui Mourato (PSD):** Ora, muito boa noite. Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente do Executivo, público presente. O que me traz aqui neste momento era apenas solicitar à Assembleia que votássemos um voto de pesar pelas nossas duas irmãs ismaelitas que foram assassinadas. Uma comunidade que é também parceira aqui da Junta de Freguesia, pelo que propunha que se pusesse a votação do voto de pesar e que posteriormente fosse comunicado à comunidade ismaelita em Lisboa.

**Presidente da Assembleia:** Alguém quer intervir acerca deste ponto colocado pelo PSD? Então, vou passar à votação. Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Só dar nota à Assembleia que ontem tive, como o Sr. Vogal referiu e muito bem, é uma das associações, uma das instituições, a Fundação Aga Khan é parceira da Freguesia e do Município e ontem tive a oportunidade de falar com uma das pessoas e transmitir em nome quer da Junta de Freguesia quer da Assembleia de Freguesia, porque nós quando transmitimos as condolências... nunca pedi aqui essa autorização mas parece-me bastante natural e transmiti as nossas condolências em nome da Freguesia à Fundação Aga Khan. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** D. Eunice, faz favor.

**Vogal Eunice Andrade (CDS):** Boa noite à Mesa da Assembleia, aos membros da Mesa, ao Executivo da Junta e à Sra. Presidente, a todos os colegas de bancadas e aos funcionários da Junta e ao público em geral. Começo por um agradecimento, que ao fim de um ano e não sei quantos meses, uma placa toponímica foi reposta no lugar. Acho que já não era sem tempo mas de qualquer maneira obrigada. O segundo caso, a limpeza em Rio de Mouro, principalmente as ervas e posso-me referir mais a Rio de Mouro Velho porque é o que eu frequento mais, está de facto um caos. E há outra coisa que eu também queria pedir, é que quando vão cortar ervas, mesmo na estrada principal, tenham um bocadinho de cuidado com as casas de habitação porque as pessoas não protegem, as pessoas que vêm a sair de casa ou vêm a entrar em casa e têm a casa cheia de lixo. É um bocadinho... o soprador em vez de soprar para a porta das pessoas sopra em frente. O terceiro caso é os carros da Praceta Espírito Santo que continuam lá, há anos, que ainda no antigo Executivo já tinha reclamado, continuam a ocupar e a tirar lugar aos moradores que querem estacionar e que não têm lugar. E na Rua Cupertino Ribeiro, um carro que também já está há muito tempo junto a uma porta. Acho que a Câmara já devia ter... isto não é obrigação da Junta, mas a Junta está cá para defender a população e os fregueses de Rio de Mouro, portanto, agradecia que tomasse uma providência. Muito obrigada.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Muito obrigada Sr. Presidente. Sra. Vogal, muito obrigada pelo reconhecimento pela placa, ao fim deste tempo era mais que devido. Limpeza em Rio de Mouro Velho, cuidado com as casas de habitação, tem razão, vamos transmitir à Câmara porque a empresa prestadora, o contrato é gerido pela Câmara e eu juro, mas juro mesmo, que não é coincidência, não é de propósito, mas ainda hoje fizemos o levantamento dos carros abandonados na Praceta da Quinta do Espírito Santo, eu tenho-os aqui por isso é que eu posso dizer exatamente quantos são neste momento e que foram reportados ainda esta tarde. Peço desculpa, mas salvo erro são cinco, o que numa praceta deste tamanho é muito, não é? Porque a praceta é pequena. E, portanto, reportamos novamente, hoje à Câmara. Na Rua Cupertino Ribeiro não vi mas vou pedir que verifiquem, está bem? Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Pode intervir o Partido Socialista. Sim, Sr. Sales.

**Vogal José Sales Lourenço (PS):** Boa noite a todos. É só uma pequena... um pequeno agradecimento à Junta de Freguesia de Rio de Mouro pelo site que hoje temos. Este site não só a própria Junta o mandou fazer, chamemos-lhe assim, mas também o técnico que fez este site. Hoje é possível nós assistirmos ou irmos ao site da Junta ver e escrever e perguntar. Portanto, é de facto um bom trabalho que a Junta fez. E lá podem-se

questionar algumas coisas daquelas que foram questionadas aqui. Umas, enfim, melhores e outras piores, mas pronto, é aquilo que se faz. E era este agradecimento que eu queria testemunhar para com a Junta porque tanto quanto sei nem todas as Juntas de Freguesia do concelho têm um site como este, o que é muito importante, nomeadamente para as pessoas que querem saber coisas, querem inclusivamente inscrever-se para ir à Junta tratar de um determinado assunto e, portanto, é muito importante que este site tenha sido criado. E, portanto, os meus parabéns ao Executivo da Junta e a quem fez este site porque de facto quem fez este site sabe bem do que é que está a fazer. Temos lá tudo o que é necessário. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Sra. Presidente, se faz favor.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Sr. Presidente, só para agradecer, dizer que de facto foi um trabalho muito demorado e está em constante alteração, desde que ele está no ar já fizemos três alterações, acho que muitas mais vamos fazer, faz parte, é sinal de crescimento, é sinal também que nos vão dando sugestões, como se costuma dizer várias cabeças pensam melhor que uma e desde que ele está no ar já lhe fizemos três alterações, muitas mais faremos. Aquilo que quiserem sugerir também estão à vontade, que na medida do possível e aquilo que para o Executivo fizer sentido acataremos com toda a certeza e, portanto, dizer que de facto demorou mas é um trabalho que nos orgulha e que acho que está de fácil acesso, a informação está ao dispor e, portanto, agora estamos melhor servidos e com melhor comunicação. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Agora para intervir a seguir, D. Ana Vieira, do CDU.

**Vogal Ana Vieira (CDU):** Boa noite a todos, aos fregueses que aqui se dignaram a vir assistir hoje a esta Assembleia de Freguesia, Executivo da Junta, Mesa, caros colaboradores que nos aturam aqui... eu já sei, eu esqueço-me que tenho que falar para aqui, mas vou-me lembrar. Eu queria começar esta minha ou nossa intervenção por fazer uma coisa que nós de facto... que eu pelo menos não faço muitas vezes quando aqui venho e hoje é agradecer ao Executivo da Junta, na pessoa da sua Presidente, pela resolução mais ou menos rápida da vergonhosa situação durante um mês tivemos aqui na Avenida de Fitares, do lado direito da Rotunda de Relógio, que foi impedir que os carros estacionassem no sítio onde as crianças brincam. E eu moro aqui, sei qual é o problema de estacionamento, mas aquilo que se passou ali durante um mês foi verdadeiramente vergonhoso, porque estacionar o carro à noite e sair de manhã é uma coisa, manter veículos estacionados no sítio onde as crianças de facto brincam, porque ali ainda se brinca na rua, há muitas crianças a brincar ali na rua. Brincam durante oito dias, três dias, fins de semana inteiros, de facto precisava de resolução. Por isso, obrigada por essa... por pelo menos estarem atentos e por uma resolução que tudo se resolvesse na Freguesia como se resolveu ali durante um mês. De todo o modo, esta intervenção era um bocadinho mais pessoal, está bem? Eu vivo lá mesmo naquele sítio e o incómodo também até para os próprios moradores dos prédios era insuportável a qualquer hora com carros a estacionar a qualquer hora do dia ali mesmo debaixo das janelas. De todo modo, ainda aqui sobre Fitares, eu não quero mentir, se estiver enganada corrija-me, penso que há cerca de quinze dias, quinze, talvez três semanas, começaram a ser podadas árvores. Aqui na zona junto... aqui nesta zona mais central, só que eu vi que o trabalho está parado, pelo menos há umas aqui mais junto à rotunda,

portanto, do lado esquerdo que não foram podadas e do lado direito da Rotunda do Relógio também nenhuma foi podada. Era essencial que aquelas árvores fossem podadas. Porquê? Não tem a ver com algodões, poluição, não gostarmos de árvores nem de passarinhos, tem a ver com uma coisa muito simples, é que nós, aqui nesta zona e se quiserem fazer esse exercício daqui a um bocadinho, quando saírem daqui e forem lá ver, nós não conseguimos ver no passeio. Porque os novos candeeiros que puseram estão virados para a estrada, são LED, têm um foco, não espalham a luz e a pouca que espalham morre nas copas das árvores, portanto, o passeio está absolutamente às escuras desde que fizeram essa alteração. Esta era uma das coisas que eu queria trazer aqui. A outra questão que eu queria trazer aqui tem a ver com o candeeiro, exatamente quando fizeram a iluminação da Avenida de Fitaes, um candeeiro que foi colocado na rua Casal da Jarda, traseiras da Avenida de Fitaes, novamente ao lado direito aqui da rotunda, que foi encostado às escadas. É assim um projeto engraçado, o candeeiro está encostado, portanto, divide a escadaria a meio, não é? Está encostado às escadas. Confesso que a título pessoal e particular fiz imensas reclamações para a Câmara Municipal, imensas! Foram mails, fotografias... até hoje o problema não foi resolvido e de facto o anterior Presidente do Executivo garantiu-me que não pagaríamos à que a Câmara não pagaria à E-Redes ou ao empreiteiro que fez a obra enquanto ele não tirasse de lá o candeeiro e o pusesse no sítio certo. O que é certo é que passaram cerca de dois anos, penso que fará dois anos agora pelo verão e o candeeiro continua lá, eu presumo que o empreiteiro que fez a obra ainda não tenha recebido e espero bem que não tenha recebido enquanto não tirar o candeeiro. Não é correto do ponto de vista urbanístico, assim como não é seguro para quem utiliza as escadas e elas são utilizadas. Agora, a outra questão que queria trazer aqui prende-se com o que já foi aqui falado inúmeras vezes, com as escadas rolantes da estação. As escadas rolantes da estação são um problema grave nesta Freguesia, uma Freguesia que tem muita gente nova mas que tem também muita gente idosa e são essenciais para a mobilidade das pessoas idosas, porque as pessoas idosas que moram na parte de baixo da estação de Rio de Mouro precisam de aceder à parte de cima, mais que não seja para ir à Caixa Geral de Depósitos, único banco com exceção dos CTT, que não é um banco, na minha opinião, que existe na zona de Rio de Mouro. Caixa Geral de Depósitos é o único banco. Ou ao Montepio, aqui um bocadinho também mais acima, mas mais Caixas Geral de Depósitos. Precisam de se deslocar à farmácia, que existe ao cimo da estação e precisam de se deslocar se calhar também a supermercados e a visitar amigos e a encontrar amigos. A questão da mobilidade, não só para as pessoas idosas mas sobretudo para as pessoas idosas e o problema que se passa com as escadas rolantes, que estão paradas há cerca de pelo menos três meses, tiveram uma primeira intervenção, ficaram a trabalhar e passado muito pouco tempo... é urgente! Eu sei que a responsabilidade não é da Junta de Freguesia, mas é urgente que a Junta de Freguesia, enquanto interlocutor dos seus fregueses e responsável pela administração nesta Freguesia, faça pressão por quem é a entidade responsável. Já sabemos que não há peças, já sabemos tudo, mude-se as escadas rolantes. Mude-se! Tire-se aquela, ponha-se uma que existam peças. Arranje-se outra solução, certamente mais demorada, que é um elevador. Ai um elevador também não, estão todos avariados, nós também sabemos. Nas estações da linha de Sintra, praticamente todos os elevadores estão avariados. Mas arranje-se uma solução porque não é viável, mesmo dando a volta por aquela rampa e não é viável também para as

peças que vêm com crianças, com compras, com mochilas. Portanto, era isto que tínhamos hoje aqui para dizer. Muito obrigada.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Eu estive sempre ouvi-la atentamente, quando estive aqui de volta do computador foi porque eu tenho aqui o plano de podas para o ano de... não, não faz mal. Quando estive aqui no computador foi porque tenho aqui o plano de podas para o ano de 2023 e, de facto, as árvores que me fala não estão incluídas e, portanto, eu vou falar com o respetivo Vereador para perceber o que é que podemos fazer e porque é que não está parado porque as da Rotunda do Relógio não estão aqui incluídas no plano de podas para 2023. Era isso que eu estava a procurar enquanto estava a falar porque eu sabia que tinha aqui o plano de podas e, portanto, não estão. Neste documento que eu tenho não estão incluídas, portanto, não tenho nada de concreto para lhe dizer a não ser que vou falar com o Vereador a dizer que nos foi sinalizada essa necessidade e quais são árvores, está bem? Porque elas não estão incluídas no Plano de Podas para 2023. Relativamente ao estacionamento da Avenida de Fitares, agradecer também e sim, há um problema do estacionamento em Fitares mas isso não justifica que se acabe com todos os outros locais, inclusive onde as crianças brincam e o que a Sra. Vogal disse é exatamente a verdade, as crianças ali ainda brincam na rua, brincam precisamente naquele sítio e ainda há outra coisa que nos preocupa também, que é... pelo menos nós Junta, que não temos nenhum técnico que seja especializado nesse tipo de questões, não fazemos a mínima ideia se aquilo está preparado para ter as toneladas todas que tem quando estão ali quinze ou vinte carros em cima, porque uma coisa é estar preparado para crianças brincarem, outra coisa é estar preparado para uma série de carros lá estarem em cima. Eu pelo menos, enquanto Junta de Freguesia, nós não temos a noção do que é que está lá por baixo e se está preparado ou não e, portanto, percebendo as dificuldades que existem de estacionamento, porque percebemos, não pode valer tudo e há sítios que põem em perigo as pessoas de uma forma que se calhar nem imaginamos e daí a intervenção. Relativamente ao candeeiro da Rua Casal da Jarda, a indicação que tenho por parte da Câmara é que facto não, que não foi pago precisamente por esse motivo. Se eu gostava de lhe dar a resposta de: mas vai ser resolvido daqui a X dias? Eu adorava, mas eu não vou fazer porque como deve calcular nunca ninguém me deu essa garantia, nunca ninguém me deu essa previsão, a única coisa que me dizem é de facto que não aconteceu esse pagamento. Relativamente às escadas rolantes da estação, o ponto de situação neste momento é o seguinte. Nós tínhamos uma empresa... nós tínhamos não, a Câmara Municipal tem uma empresa que estava responsável pelas escadas, ganhou o respetivo concurso público, as escadas avariaram e a empresa disse que não havia peças no mercado para a avaria que existia. Acontece que a Câmara Municipal de Sintra fez uma consulta ao mercado e descobriu que essas peças existiam. Portanto, há peças. E então o que a Câmara Municipal de Sintra fez foi fazer a rescisão do contrato, que neste momento me dizem que já está feita e procurar orçamentos de novas empresas, porque como é óbvio com a empresa anterior vai haver um problema jurídico, mas a população não pode estar à espera que o problema jurídico se resolva, não sabemos por quanto tempo é que se vai arrastar e, portanto, neste momento pede-se orçamento a novas empresas para a colação das peças em falta, mas este foi... não é que isto seja um problema inédito, não é que as escadas de Rio de Mouro respirem saúde, não respiram, é um problema de há muito tempo, mas neste momento o que se passa é isto. Bem, mas também dizer que em abono da verdade ela agora, nos

últimos tempos, eu diria que no último ano, avariou mais vezes que o normal mas tivemos antes disso algum tempo e algum tempo antes da pandemia porque a pandemia nesses aspeto não conta porque o movimento foi muito menor na medida em que o movimento de pessoas não era o mesmo, em que se conseguiu de alguma forma estabilizar a situação das escadas, porque isto realmente é uma situação que já vem de há tantos anos, costuma-se dizer que o que nasceu torto, tarde ou nunca se endireita e eu sinto um bocadinho isso em relação às escadas. Relativamente a elevadores, não sei se é solução se não, terá de ser conversado com a Câmara Municipal de Sintra, eu não me importo de sugerir, não tenho problema nenhum de sugerir, se a Câmara acha que isso é uma solução viável para a Estação de Rio de Mouro ou não. E de facto neste momento é essa a situação. Também dar nota, até porque eu acho que foi o Sr. Vogal Israel que na última Assembleia, ou há duas Assembleias atrás, falou dessa situação, que fizemos nova insistência com a IP por causa dos azulejos da estação. Foi feito no decorrer desta semana, não me lembro se segunda, se terça e também da iluminação, sendo que a iluminação ainda carece de maior gravidade, uma vez que faz parte dos contratos de segurança que existem e, portanto, ela deveria estar sempre impecável e não está e, portanto, dar nota... da iluminação que tinha feito logo a seguir à Assembleia e agora insistimos com a questão dos azulejos e, portanto, dizer que temos dado muita atenção à estação naquilo que é as disponibilidades de uma Junta de Freguesia, que é de facto ser interlocutor, que é de facto registar as nossas reivindicações e aquilo que é melhor para a nossa população junto das entidades competentes porque é um local onde não há nada ali que seja da nossa competência e mesmo estas próprias reclamações umas é para um lado, outras para o outro, porque as empresas são diferentes e as entidades são diferentes, mas é o que é, é a nossa função e estamos cá para assumi-la. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Mais ninguém quer intervir na Assembleia? Então eu vou passar a ler a convocatória da Assembleia para entrarmos em discussão dos pontos de ordem de trabalho da Assembleia. Convoca-se V. Ex<sup>a</sup> ao abrigo do número 1 do art.º 12º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para a sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Rio de Mouro, a realizar no dia 30 de março de 2023, pelas 20h45, no Polidesportivo de Fitaes, sito Alameda do Relógio, Rinchoa, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto 1, aprovação do mapa, demonstração do desempenho orçamental, contas 2022, incorporação do saldo de gerência 2022. Ponto 2, apreciação e votação do controle interadministrativo para reforço do apoio alimentar às populações carenciadas da Freguesia. Ponto 3, apreciação e votação do protocolo, apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas. Ponto 4, apreciação e votação do contrato interadministrativo para serviço de atendimento e acolhimento social integrado. Ponto 5, apreciação e votação do contrato interadministrativo para gestão e conservação dos espaços públicos. Ponto 6, apreciação e votação do aditamento ao auto de transferência de recursos número 129/2020, no âmbito da competência da gestão e manutenção de espaços verdes. Ponto 7, apreciação e votação da 2ª Revisão Orçamental. A sessão iniciar-se-á pelo período de intervenção do público e por um período antes da ordem de trabalhos, nos termos do artigo 52 da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Cm os melhores momentos, Presidente da Assembleia de Freguesia. Portanto, dando início à nossa Assembleia de Freguesia, ponto 1, aprovação do mapa de demonstração do desempenho

orçamental contas de 2022, incorporação do saldo da gerência de 2022. Sra. Presidente, faz favor.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Sr. Presidente, muito obrigada. Se o Sr. Presidente me autorizasse eu gostaria de apresentar todos os pontos, porque isto faz parte tudo da mesma política, sendo que o Srs. Vogais estão naturalmente à disposição para responder ponto a ponto e a votação para ser naturalmente ponto a ponto, mas eu acho que não faz sentido intervir sete vezes quando posso desde já fazer a apresentação de todos os pontos e se o Sr. Presidente me autorizasse era isso que eu faria.

**Presidente da Assembleia:** Por mim tudo bem, se a Assembleia também não só opõe... faz favor Sra. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Muito bem, então relativamente ao ponto número 1, a demonstração do desempenho orçamental das contas, foi apurado um saldo de gerência de quatrocentos e vinte sete mil euros, já tínhamos visto aqui que a execução orçamental tinha sido um pouco mais baixa do que aquilo que prevíamos, já tínhamos visto ao longo do ano porque nós temos relatórios de execução orçamental trimestrais e, portanto, já todos nós nos tínhamos apercebido algumas coisas. Dois motivos principais para isso, o primeiro de todos, primeiro ano de mandato e eu peço desculpa, cada um tem os seus pontos fortes e os seus pontos fracos e eu confesso que o que me foi mais difícil e que agora note que de facto houve uma evolução, o que me foi mais difícil foi de facto a execução orçamental porque é tudo muito em grande numa Junta de Freguesia e temos de facto muitas coisas para gerir e, portanto, esse primeiro ano de mandato e essa adaptação fez a diferença. Outra coisa que fez a diferença foi o facto de ter sido o ano de concurso público publicidade internacional dos espaços verdes, se bem se lembram e tivemos uma verba bastante elevada, cerca de meio milhão d euros, para o concurso público que só foi libertada em setembro porque o concurso público depois só teve o seu fim, a sua assinatura, em agosto, se não me falha a memória, já não sei dias de cor, mas lembro-me que foi ali pelo meio de agosto e só aí é que foi libertada a verba porque o concurso não foi adjudicado pelo meio milhão, mas ela estava cativa para o concurso como assim tinha de ser. E, portanto, nesse sentido foi apurado o saldo de gerência de quatrocentos e vinte e sete mil euros. Depois, no ponto número 2, tem a ver com um contrato interadministrativo e aqui eu vou apresentar de alguma forma o ponto número 2 e o ponto número... deixem-me só procurar... número 4, que são as questões de ação social, que para mim, de tudo o que está aqui, será o mais relevante até porque é o assumir de novas responsabilidades e relativamente ao ponto número 2 tem a ver com uma sensibilidade que o Município teve também por várias reuniões que tivemos ao longo do último trimestre do ano e do primeiro mês do ano com todas as Juntas de Freguesia do concelho, as onze e houve de facto aqui uma sensibilidade do Município de perceber que era preciso alguma ajuda extra porque todas as ajudas alimentares que as Juntas de Freguesia estavam a dar estavam a crescer rapidamente e havia algum receio das próprias Juntas... para já o facto de não termos a competência na ação social, estamos a depender do nosso orçamento sobre uma competência que não é nossa, mas é uma competência sem negociação porque nenhum Presidente de Junta, seja ele qual for, nem nenhum Executivo deixa a sua população passar necessidades por questões orçamentais. Portanto, nós vamos sempre dar o apoio à população na ação social independentemente da verba que tenhamos retorno do Município ou do Estado Central,

não é? Portanto, eu acho que isso todos conseguem perceber e todos concordarão e, portanto, aquilo que se chegou à conclusão era que de facto era preciso aqui haver um reforço de verba para o apoio alimentar que todas as Juntas deram e esse reforço foi dado com base na população de cada Junta de Freguesia. Portanto, os valores são diferentes para as diferentes Juntas de Freguesia, por patamares, mais do que Rio de Mouro, tanto quanto me lembro Algueirão – Mem Martins, que recebe trinta mil euros e depois nós estamos logo no patamar abaixo dos vinte e cinco mil euros e é isso que esse protocolo aqui nos traz. É apenas para apoio alimentar, não podem ser aqui debitadas outras despesas que não de apoio alimentar. E depois tivemos o auto transferência dos serviços de ação social e de acompanhamento e atendimento social. E esta é a grande novidade e também o grande orgulho, não vou esconder, porque eu acho que é um reconhecimento muito grande por parte do Município que assumida que está a descentralização de competências entre o Estado Central e o Município, devem ser as Juntas a fazer este atendimento. Porque são as Juntas que estão mais perto da população, porque são as Juntas que conhecem a sua população e porque com toda a honestidade e sem qualquer falha de... falta-me a palavra... temos feito bem. As Juntas de Freguesia, a grande maioria, já têm atendimento social, particularmente na... modéstia, sem qualquer falta de modéstia, peço desculpa que não estava mesmo a vir a palavra. E todas as Juntas de Freguesia da área urbana do Município já têm os seus gabinetes de ação social e de facto é um reconhecimento de que nós fazemos bem. E fazemos bem na medida em que conseguimos acompanhar a nossa população e acho que qualquer pessoa consegue compreender que é muito mais, por difícil que seja, é muito mais fácil para uma Junta de Freguesia que está na porta ao lado do para uma Câmara Municipal ou para uma Segurança Social, não é? Todos temos a porta aberta, mas a Junta de Freguesia tem a porta escancarada. Não há entre o técnico da ação social da Junta de Freguesia e a pessoa, um segurança que não deixa tirar a senha, isso não acontece aqui! Isso não acontece aqui. Aqui as pessoas têm um verdadeiro serviço de proximidade. Não estou a dizer com isto que as pessoas não podem estar à espera de atendimento, claro que estão! É humanamente impossível atender toda a gente no próprio dia mas toda a gente consegue dar uma palavra e nós através dessa palavra também conseguimos perceber qual é o grau de urgência da situação de cada pessoa. Portanto, para as Juntas de Freguesia foi transferido o apoio social, o atendimento social, o dito regular, marcado, atendimento de emergência, fica com a Câmara Municipal de Sintra. Portanto, uma família imaginemos que chega de manhã a dizer que vai ser desalojada nessa tarde. É a Câmara Municipal de Sintra que terá de arranjar uma solução para a família. Portanto, tudo o que seja situações de emergência, como rendas em atraso, tudo isso ficará com a Junta de Freguesia. O que é que também vai ser descentralizado? O rendimento social de inserção. E esse vai ficar com as instituições que já o faziam. Tiveram um reforço de técnicos, naturalmente, e, portanto, os processos de rendimento social de inserção vão ser analisados por essas instituições que já o faziam antes e, por isso, é que foi esta a escolha, porque teria de ser alguém... nós estamos aqui hoje porque amanhã temos de enviar a aprovação, se for o caso, porque na segunda-feira começa a descentralização de competências e, portanto, como o processo está a ser muito rápido e o tempo é curto teria de ser alguém que já soubesse como é que o processo se agiliza. E por isso foi essa a opção, sendo que as instituições vêm à Junta atender. Portanto, nenhum cidadão de Rio de Mouro vai ter de ir a lado nenhum, são as instituições que vêm à Junta de Freguesia, em dias a combinar, numa fase inicial e porque está estimado que

nós iremos ter ao início cerca de trezentos, quatrocentos casos para avaliar de rendimento social de inserção e a Segurança Social não conseguia fazer nem perto disto porque não tinham os técnicos suficientes, está previsto que numa fase inicial virão dois técnicos o dia todo. Estamos ainda a ver se uma, duas vezes por semana, também, o tempo nos dirá, consoante agora for entrando em vigor e as coisas correrem. E depois o objetivo é estabilizar-se, quando tudo estivesse estável, em dois técnicos, duas manhãs por semana. Mas o atendimento será sempre na Junta, para que os fregueses de Rio de Mouro não tenham de se deslocar. Depois, no ponto número 3, a aquisição do gás engarrafado para consumidores domésticos e apesar de nesta Assembleia nunca ter sido levantado sem ser a Vogal do Chega, Susana Beja, que me questionou uma vez num final já de uma Assembleia, já os trabalhos tinham acabado, nós achámos que não fazia sentido aderirmos em dezembro passado, porque se bem se recordam nós tivemos a nossa Assembleia, salvo erro, ao dia 17 ou dia 19, já não me lembro muito bem. Mas eu sei que com o Natal, com o Ano Novo, nós teríamos pouquíssimos dias úteis para que isto entrasse em vigor e na altura a indicação era de que era só até o final do ano. E, portanto, entre aderir à plataforma, entre fazer protocolos, estava gasto o tempo útil para a aquisição do gás. Tivemos o cuidado, porque houve Juntas que conseguiram preparar antes, tivemos o cuidado de perceber se os fregueses de Rio de Mouro poderiam ir a outras Juntas de Freguesia e podem, tal como os de outras Juntas de Freguesia agora poderão vir à nossa. Portanto, quando agora foi estendido o prazo da bilha solidária e já é até o gastar da verba, que nós não sabemos se vai ser daqui a 15 dias ou vai ser no final do ano ou vai ser para o ano, já nos fez sentido então aderir e qualquer pessoa poder deslocar-se à Junta de Freguesia para ter este apoio. Relativamente ao ponto número 5, a gestão e conservação dos espaços públicos já fazíamos todos, todas estas competências já eram nossas, através das negociações que tivemos com a Câmara Municipal de Sintra, o protocolo teve um aumento de 20%. E o mesmo para o auto transferência dos espaços verdes, que também teve um aumento de 20%, sendo que os espaços verdes é um valor muito significativo e estamos a falar de cento e sessenta três mil euros, mais coisa menos coisa, que a Freguesia de Rio de Mouro vê incrementado no seu orçamento. Contas feitas a todos estes protocolos e a estas competências, a Freguesia de Rio de Mouro consegue incorporar numa segunda revisão orçamental o valor de seiscentos e noventa e um mil euros, que culmina numa revisão orçamental que eu vou em breves linhas dizer quais são os maiores eixos de intervenção. Bom, dando...

**Vogal Ana Vieira (CDU):** Peço desculpa, falou num valor...

**Presidente da Junta de Freguesia:** Num valor?

**Presidente da Junta de Freguesia:** Ah! Os seiscentos e noventa e um mil, peço desculpa, não estava a perceber, já percebi. Seiscentos e noventa e um mil aproximadamente é o que... até posso dar o valor exato. Seiscentos e noventa e um mil cento e sessenta e quatro ponto noventa e dois. Está na apresentação da revisão orçamental, está logo no primeiro parágrafo. E, portanto, dividiu-se da seguinte forma. Dando ouvidos àquilo que foi, se não a unanimidade, a grande maioria daquilo que esta Assembleia disse quando apresentámos o nosso orçamento para este ano, decidimos reforçar a verba para os bombeiros de trinta mil euros. Se bem se lembram, todos os Vogais ou quase todos falaram nisso e eu acho que é justo, se a Assembleia é praticamente unânime, acho que devemos ter em consideração e perante um aumento

desta forma, trinta mil euros. Fizemos uma média de dez mil euros por associação de bombeiros, sendo que agora queremos reunir com as associações e perceber o que é que cada um necessita, porque também não faz sentido dar só porque sim, nós sabemos que os bombeiros precisam de apoio, nós sabemos disso tudo, mas pode haver projetos específicos que façam muito sentido uma Junta de Freguesia apadrinhar e coisas até inovadoras que às vezes as corporações bombeiros fazem e têm dificuldade em fazer face a essa verba. Mas, portanto, pusemos uma estimativa de dez mil por cada corporação de bombeiro e dando assim ouvidos também àquilo que tinha sido apontamentos desta mesma Assembleia na Assembleia de dezembro. Depois os cento e setenta mil euros para o autocarro e reunimos finalmente a verba para o valor total do autocarro. O objetivo foi ficar lá trezentos mil euros, não calculamos que vá até lá mas não quisemos correr riscos porque de facto os preços vão aumentando e neste momento temos o caderno de encargos pronto para lançar o concurso público do autocarro em abril e é essa a nossa grande intenção porque o autocarro tem um prazo de ser fornecido de mais ou menos seis meses e, portanto, o nosso objetivo é até o final do ano, porque o nosso não há nada a fazer, está velho, muito velho, muito velho e apesar dos muitos cuidados que ele tem e aí temos um motorista que de facto cuida dele de uma forma exemplar, mas não há milagres. Tem muita idade e de facto para nós é essencial porque muitas associações e muitas escolas da Freguesia usam o nosso autocarro e nós consideramos que é um apoio essencial e que eles precisam e é um apoio que nós queremos continuar a dar e para isso precisamos mesmo de um autocarro novo, reunimos finalmente o valor para isso e o objetivo é lançar já o concurso público em abril, até porque quanto mais depressa lançarmos menos ele aumenta. Também agora tudo aumenta a toda hora, portanto, quanto mais depressa for melhor. Depois, um reforço de quarenta e cinco mil euros para o cemitério, isto porque o cemitério precisa de algumas obras interiores, não tanto no exterior, não vai ser umas obras que o público veja mas do ponto de vista daquilo que são as infraestruturas do cemitério são necessárias algumas obras e já recolhemos alguns orçamentos e temos noção que o valor que lá tínhamos não chegaria e, portanto, fizemos aqui um reforço de verba para conseguirmos avançar com essas obras. Depois na cultura, desporto e juventude, quarenta mil para reforçar estas verbas que também estavam baixas porque também contávamos de alguma forma com o saldo de gerência, não com os outros protocolos mas sim com o saldo de gerência. Aqui um apoio ao associativismo no desporto de dez mil euros. Depois reforço de equipamento informático, dez mil euros que é para continuar. Nós na Junta de Freguesia, ultimamente, comprámos muitos computadores, a toda a gente que foi entrando novo foi comprando, mas há alguns que estão muito, muito velhos, porque tem que se ir renovado, todos nós sabemos como é que são os equipamentos informáticos hoje em dia, cada vez duram menos e há alguns que estão lá que já duraram mesmo muito. E, portanto, o nosso objetivo é ir sempre renovando para não termos dissabores. Depois, um reforço para o fardamento de cinco mil euros, se bem se recordam fizemos exatamente o mesmo na integração do saldo de gerência do ano passado e comprámos as fardas no final do ano, todos os funcionários neste momento, sem exceção, têm o fardamento novo. O Vogal Luís olhou logo ali para os funcionários mas eles têm de facto fardamento novo. E o nosso objetivo, porque nos parece que aquilo que faz sentido, é todos os anos os funcionários terem fardas novas, independentemente de estarem boas ou não. Não entra aqui o calçado porque o calçado é mudado três, quatro, cinco meses, depende da função que cada um exerce, não dura minimamente um ano porque tem as normas da medicina de

trabalho e tudo mais e não dura nem de perto nem de longe este tempo, estamos mesmo a falar só da roupa, está bem? Depois, construção de espaços verdes, teria de ser a maior rubrica porque vamos receber também um bom incremento para isso e, portanto, colocámos cento e cinquenta mil euros na construção de espaços verdes. Queremos, de facto, reforçar aqui aquilo que é os espaços verdes e o espaço público da Freguesia e renovar muitos espaços que estão por aí, com certeza que ideias não faltam e, portanto, foi esse o valor que pusemos. Aqui um reforço na Feira do Livro de cinco mil euros porque ele tinha só uma rubrica residual até chegarmos aqui ao saldo de gerência. Atividades recreativas também um incremento de dez mil. Construção de parques infantis, cinquenta mil. Dar nota só e agora é um aparte que não está aqui nesta questão, mas dar nota só de que, como sabem no mau tempo de dezembro o parque infantil do Parque Urbano da Rinchoa foi altamente prejudicado e, portanto, os equipamentos estão bons mas vão ter de ser tirados e colocados de novo e vai ter de ser enchido de areia, já está adjudicado e penso que... não diria na primeira quinzena de abril porque agora vão ser duas semanas de Páscoa em que os serviços estão mais em baixo, mas no mês de abril arrancará a obra e essa parte também fica concluída, está bem? E, portanto, construção de parques infantis cinquenta mil, obras diversas, construção também cinquenta mil e depois para equipamento cinco mil porque nós queremos concentrar muito no espaço público. Depois, quarenta mil para uma viatura elétrica. A frota da Junta está envelhecida e, portanto, pensámos que além de termos de renovar a frota porque é uma evidência, também temos o problema do valor dos combustíveis e, portanto, para determinados serviços e tendo em conta que a Freguesia é grande, mas não deixamos de andar sempre por aqui, portanto, parece-nos que um carro elétrico é algo que pode ser muito vantajoso para nós e por isso vamos tentar também que este projeto vá em frente. E em linhas gerais é isto que está em causa, é isto que está em discussão, coloco-me à disposição para todas as questões que tiverem. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Sobre o ponto, quem da Assembleia se quer pronunciar? PS, PSD, CDU. Mais ninguém. Então, Sr. Miguel, faz favor, do PS.

**Vogal Miguel Guilherme (PS):** Ora, boa noite a todos. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente da Junta de Freguesia, senhores membros do Executivo, colegas da Assembleia, aqui os senhores funcionários da Junta de Freguesia, o público em geral, boa noite a todos. Para alguns debatemos hoje nesta Assembleia meras revisões orçamentais e documentos formais da descentralização de competências. Para o Partido Socialista é muito mais do que isso aquilo que aqui hoje debatemos. Debateremos modos e formas de gestão e configuração da prestação de serviço público às nossas populações. Acreditamos que é no real princípio da subsidiaridade que reside a boa gestão da coisa pública. Estão por isso de parabéns, quer a Junta de Freguesia de Rio de Mouro, quer a Câmara Municipal de Sintra, quer o Governo da República. Mas hoje aqui debatemos mais do que visão descentralizadora, hoje debatemos também competência e capacidade de intervenção. Parabéns à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, parabéns ao Executivo, por terem conseguido negociar com a Câmara Municipal de Sintra a atualização financeira de um pacote de competências que já assumimos mas que passamos a ter agora melhores condições materiais para exercer. Ao longo dos anos, o pacote de responsabilidades e atribuições da Junta tem vindo progressivamente a alargar-se e o que sentimos é que a Junta de Freguesia e os

seus funcionários e aqui saudamos também mais uma vez, têm sabido adaptar-se e corresponder cada vez mais e melhor às ambições daqueles que vivem na nossa Freguesia. Os exemplos sucedem-se, desde a recolha de monos às pequenas reparações nas escolas. Sra. Presidente da Junta, minhas senhoras e meus senhores, o Partido Socialista votará favoravelmente este pacote de medidas e ajustes porque acredita na nossa Junta de Freguesia e porque o histórico de serviços nos mostra que sempre que a Junta de Freguesia foi chamada cumpriu as suas obrigações e as populações saíram sempre beneficiadas. Sra. Presidente, o Partido Socialista lê verdadeiramente os relatórios de atividades trimestrais, sabemos e reconhecemos o imenso trabalho que esta Junta de Freguesia realiza no domínio da ação social. Saudamos este momento como o momento em que este trabalho é reconhecido e começa a ter um envelope financeiro descentralizado do órgão da administração que devemos reconhecer o nosso papel. Hoje é um dia feliz. Recomendando a prudência na gestão de recursos humanos, sempre preservando o trabalho digno e efetivo, o Partido Socialista assinala esta data como mais uma data fundadora daquilo que somos e seremos. É hora da ação social ser reconhecidamente uma competência desta autarquia. Daremos o nosso voto, Sra. Presidente, daremos o nosso voto e frisaremos sempre que como signatária desta proposta estará o seu nome, se já antes relevante para a história desta terra, a partir de agora para sempre, marcado naquilo que seremos. Parabéns.

**Presidente da Assembleia:** O Partido Social Democrata, o Sr. Rui.

**Vogal Rui Mourato (PSD):** Muito boa noite mais uma vez, Sr. Presidente. Era só um pequeno esclarecimento em relação ao saldo de gerência, muito curto. Temos aqui um valor muito significativo, quase meio milhão de euros, a pergunta é se ficou a dezembro alguma conta a pagar que vá diminuir este saldo. Já percebi que a maior parte dele resultou da não aplicação nos espaços verdes, não é? E por fim era perceber como é que ele vai ser investido porque temos assistido aqui, já nos referiu aqui a atribuição de algumas verbas, mas nenhuma destas medidas é estrutural e nós temos acompanhado aqui ao lado das sessões, o quadro de pessoal está a preencher, há imensas dificuldades de serviço, há falta de espaço, há quinhentos mil euros e as medidas não são estruturais. E, portanto, perguntava-lhe só se... para este ano já não, já vi que não e o dinheiro que conforme o distribuiu está bem empregue, não é? Se haverá perspetivas de futuros exercícios com estas folgas orçamentais, podemos fazer uma reestruturação ou de serviços ou até dos próprios espaços de serviço da Junta. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Então, a CDU. Sr. Israel.

**Vogal Israel Luís (CDU):** Boa noite a todos os presentes. A questão vai no seguimento aqui do colega da Mesa do PSD, que é relativamente à folga orçamental, que tem vindo a transitar ao longo de várias gerências, tivemos a primeira com trezentas e oitenta e cinco mil, depois a segunda foi um défice restando duzentos e cinquenta e um mil e temos agora os cento e setenta e cinco, ou seja, lá está, os tais quase meio milhão de euros. E sabemos que há falta de pessoal, não é? Não se coloca pessoal no quadro, como o colega Rui referiu e temos também a nível estrutural o tal projeto da biblioteca. Será que este valor pode ser canalizado para este projeto já tanto ansiado pela população e que existe um espólio grande para ser utilizado ou estas dotações que se fizeram agora no

orçamento, ou seja, esta verba de folga orçamental já foi canalizada para estas dotações? Muito obrigado. Boa noite.

**Presidente da Assembleia:** Não havendo mais nenhum partido que queira intervir, Sra. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Bom, as duas perguntas vão mais ou menos no mesmo sentido. Relativamente aos quadros da Junta, estamos a fazer um concurso público, saiu hoje em Diário da República, já estava no nosso site o programa de... o programa do concurso público, está desde o dia em que o site está no ar, depois do pagamento demora cerca de treze, catorze dias a ser publicado em Diário da República, saiu esta manhã e agora irá para a BEP amanhã. Relativamente à falta de pessoal, eu não considero que haja falta de pessoal, a única falta de pessoal que nós temos neste momento agora é a pessoa dos espaços verdes que saiu em mobilidade. Nós demos uma mobilidade no início do ano, 1 de dezembro, peço desculpa, a um funcionário foi em mobilidade intercarreiras, portanto, ele foi para uma posição melhor, era uma pessoa que estava no espaço de verdes mas que é licenciada e conseguiu finalmente e que espero que ainda suba mais, é tudo o que eu desejo e, portanto, não conseguimos ainda substituir esse funcionário, vou-vos dizer, também não está nada fácil! Está muito difícil encontrar mão de obra especializada. Muito difícil. E até em algumas impressões que já troquei com alguns colegas Presidentes de Junta, o concurso público que agora abrimos é para um técnico superior e dois assistentes administrativos, já me disseram “prepare-te, técnicos superiores vão ser muitos, assistentes administrativos nem tantos assistentes operacionais, quase nada”. Portanto, a questão do quadro de pessoal é uma não questão, nós temos os serviços, nós temos os recursos, se me perguntar: numa Freguesia como esta, se calhar até devíamos ter mais? Se calhar até devíamos ter mais. Eu diria que nunca chegam. Vou ser muito sincera, eu diria que nunca chegam. Agora, no que é que este dinheiro estrutural vai ser aplicado? Bom, o autocarro é estrutural, obras no cemitério, obras que eu expliquei que são interiores e, portanto, não tem a ver com embelezamento nem nada disso, são estruturais. A biblioteca é um compromisso eleitoral por isso também o vamos cumprir. E, portanto, o valor eu elenquei as rubricas onde o queremos colocar. Claro que esta Assembleia vai ter a oportunidade de acompanhar aquilo que nós vamos fazer até através dos relatórios trimestrais. Nós estamos neste momento no final do primeiro trimestre de 2023, quer dizer, já temos o passeio da Rua dos Malapados a ser completamente requalificado, estamos a falar de uma obra de dezassete mil euros, mais coisa menos coisa, porque aquilo estava ainda em cimento, é do tempo do construtor, estamos a falar de um passeio que é do tempo do construtor e nós arrancámos, a obra é completamente a cargo da Junta de Freguesia, arrancámos, estamos a fazer tudo como deve ser e, portanto, o que nós queremos mesmo de estrutural é dotar a nossa Freguesia daquilo que são as infraestruturas que sentimos que as pessoas precisam. O que se espera também da oposição e sabendo a oposição que nós também temos um programa eleitoral onde apresentamos as nossas ideias e faz parte, não é? E os senhores têm algumas ideias, umas que coincidem, outras que não, é da vida, faz parte, por isso é que não estamos todos no mesmo partido, porque senão éramos todos no mesmo partido e governávamos em conjunto, é que também nos tragam ideias. Eu acho que ao longo dos tempos, com as nossas concordâncias e discordâncias temos conseguido chegar a bons entendimentos daquilo que é o trabalho para Freguesia,

porque eu acredito e quero acreditar e é isso que uma oposição responsável, como aquela que eu sei que tem à minha frente, faz, é lutar pela Freguesia. E, portanto, nós queremos todos o mesmo, o bem de Rio do Mouro e queremos todos lutar para que Rio do Mouro evolua. É nisso que estamos empenhados, tenho a certeza que é nisso que os Srs. Vogais estão empenhados e tenho a certeza que é esse tipo de questões que trarão. Cá estaremos para responder, cá estaremos para dar nota nos nossos relatórios trimestrais, nos nossos relatórios de execução. Uma pergunta muito importante, tirando EDP e SMAS que podem chegar no final do ano, não há qualquer fatura de... estava-me a esquecer disso e é importante, não há qualquer dívida da Junta de Freguesia nem nenhuma fatura que tenha transitado de ano a não ser hipoteticamente meia dúzia, que não é assim tanta numa Freguesia como a nossa, da EDP, mas porque entra no dia 29 de dezembro, entra no dia 28 de dezembro e é efetivamente impossível de ser paga em tempo útil. E, portanto, dar nota disso. E é esse o nosso objetivo, é cumprir os nossos compromissos eleitorais, é elencar aquilo que são as necessidades que nos vão chegando, porque reparem isto está sempre em mudança e os Srs. Vogais sabem disso tão bem como eu e aquilo que projetámos há dois anos às vezes deixa de fazer sentido, outras vezes fazem ainda mais e surgem necessidades novas. No dia em que acharmos que fizemos tudo ou no dia em que acharmos que temos que estar estanques e quietos não estamos aqui a fazer nada. Porque há sempre mudanças, há sempre realidades novas e nós temos de nos adaptar a elas na medida do possível. Numas coisas vamos concordar, noutras vamos discordar, é da vida e não há volta a dar. Temos de nos tentar entender o melhor possível, mas não vamos estar sempre de acordo. Mas de facto é esta a visão, são estes nossos compromissos e é isso que queremos fazer já este ano e que acreditamos já ter começado a fazer com algumas obras, como a recuperação do Parque Infantil do Parque Urbano da Rinchoa, o Parque Infantil Viana da Mota que já está concluído, que já está a uso, com a recuperação do passeio da Rua dos Malapados. Da parte da Câmara Municipal de Sintra, também, claro, muito apoio. A área de requalificação urbana das Covas, as podas continuam, a iluminação pública... e, portanto, um investimento contínuo naquilo que é a educação, que é o desporto. E eu tenho de fazer este reconhecimento, o nosso pelouro de desporto tem tido um dinamismo e um incremento daquilo que são os programas da Junta de Freguesia, nomeadamente o Rio de Mouro Mexe Contigo, temos atividades desportivas todos os fins de semana. Em colaboração com a Câmara Municipal de Sintra passámos a usar um espaço que não estava a ser assim tanto usado e que tem potencial enorme e a Câmara Municipal de Sintra o tem cedido, que é o Complexo Municipal de Fitares onde temos feito as nossas aulas de dança, continuamos com atividades... e isto é um compromisso, eu acho que no dia em que for para uma autarquia fazer atividades a pagar para a população mais vale não fazer. As atividades que uma Freguesia promove têm de ser gratuitas à população, seja de cultura, seja de desporto, porque senão não faz sentido. Se não temos capacidade para fazer, não fazemos. Agora, cobrar, não. A única coisa que podemos, a quem possa e isto tem de ser muito bem frisado, porque alguém que tenha... que seja beneficiário de ação social, tem tanto direito a participar numa aula de zumba ou numa caminhada como os outros estudos. Portanto, a quem possa trazer um bem alimentar para ajudar o nosso gabinete de ação social, ninguém deixa de participar por não trazer. E isto é muito importante que seja claro porque às vezes, não aqui, mas noutros locais surge esta dúvida e é muito importante, porque alguém que tenha alguma dificuldade tem tanto direito a participar como todos os outros. E, portanto, é nisto que estamos

concentrados, em cumprir aquilo que são os nossos compromissos eleitorais, em cumprir as necessidades que se colocam à nossa frente diariamente e a equipa da Junta tem respondido de forma mais célere, menos célere mas de forma satisfatória à maior parte dos desafios, é um trabalho para se fazer, por isso é que o mandato também tem a duração que tem porque se fosse para fazer tudo em três meses não era um mandato de quatro anos e estamos aqui sempre disponíveis para responder perante a Assembleia de Freguesia. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Mais alguém quer intervir sobre o ponto número 1? Não havendo então vou passar à votação o ponto 1. Quem vota contra? O ponto 1, aprovação do mapa, demonstração do desempenho orçamental, contas 2022, incorporação do saldo da gerência 2022. Quem vota contra? Quem se abstém? Três abstenções da CDU. Quem vota a favor? Portanto, dezoito votos a favor. Portanto, nove votos do PS, quatro do PSD, dois do CDS, dois do Chega e um do Bloco de Esquerda. Então vou pôr em discussão o ponto número 2, apreciação e votação do contrato interadministrativo para reforço do apoio alimentar às populações carenciadas da Freguesia. Alguém se quer inscrever? CDU, Bloco de Esquerda. Mais ninguém? Então, faz favor, a CDU.

**Vogal Luís Mendes (CDU):** Boa noite, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Junta de Freguesia, caros membros do Executivo da Junta, caros membros da Assembleia de Freguesia, caros trabalhadores da Junta aqui presentes hoje, público em geral, minhas senhoras e meus senhores. A CDU de Rio de Mouro antecipadamente disse que vai votar favoravelmente este ponto, mas gostávamos de deixar aqui uma ressalva, apreciamos de facto o reforço de apoio alimentar às populações carenciadas da Freguesia, conhecemos todos os dias as necessidades desta população, muitas das famílias Rio de Mourenses vão agradecer este apoio que é fundamental, agora pensamos... isto é um desabafo, caros Vogais e Sra. Presidenta e Sr. Presidente. A verdade é que o que precisamos é de uma mudança nas políticas estruturais que temos a este nível. Era preciso efetivamente aumentar salários, era preciso resolver definitivamente o problema da habitação que se está a colocar cada vez a mais camadas populares da Freguesia e não só, atingindo já a própria classe média, era preciso um controle e uma regulação dos preços de forma, de facto, a resolver estruturalmente estes problemas. E não são isenções fiscais que podem ser claramente absorvidas pela nova subida dos preços, uma subida que é especulativa e que sabemos que vai alimentar e engordar ainda mais os lucros especulativos dos grandes grupos de distribuição, não são medidas como a que vimos a ser anunciada há pouco tempo que vão resolver. Eu sei que estou aqui a colocar questões que não têm nada a ver com a Junta, comecei por dizer que a CDU vai votar favoravelmente, agora a verdade é que gostaríamos de deixar aqui frisado, evidenciado a necessidade de medidas mais estruturais que ajudem a resolver o problema e que aquelas que sejam aprovados não sejam meramente assistencialistas. Disse.

**Presidente da Assembleia:** O Bloco de Esquerda, por favor. A D. Sara.

**Vogal Sara Barbosa (BE):** Começo por saudar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia e a todas os presentes. Obviamente no seguimento daquilo que tem sido aqui dito, também nós não podemos deixar de saudar este reforço e este pensamento, principalmente nas grandes dificuldades que as pessoas

estão a passar neste momento, apenas gostaria de colocar algumas questões no sentido de que este apoio, que obviamente, é um apoio e não deveria ser a vida das pessoas, não é? Mas enquanto realmente as condições de vida não melhorarem o que nós podemos fazer é ajudar. Gostava de saber se já voltaram também as atividades de literacia alimentar e se a Junta pensa, portanto, complementar este apoio às famílias mais carenciadas também com informação e formação, porque às vezes há um problema que as pessoas têm, uma sugestão que deixamos também, não sei se já tem sido feita, que sejam elaboradas, distribuídas brochuras com conselhos elaborados com o apoio de nutricionistas, obviamente, de forma a que dentro da restrição se possa ensinar um pouco as pessoas a fazerem alguma alimentação mais equilibrada. Acerca disto era só, obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Sra. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Respondendo à Vogal Sara, as formações de literacia alimentar são feitas a todos os beneficiários do programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas e essas já voltaram depois da pandemia, não lhe sei agora especificar se é uma por mês, se são duas por trimestre mas é algo assim e são os beneficiários do programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas que têm essas formações que são dadas na Junta e nessas formações damos brochuras de como aproveitar de alguma forma da melhor forma nutricional o pouco que têm. Não há outra forma de explicar isto, mas a opção é mesmo essa, a expressão é mesmo essa e, portanto, temos essa situação a acontecer. Pensamos que podemos alargar a outros beneficiários, porque nós temos mais programas alimentares, ainda não o pusemos a ocorrer porque necessitamos e sentimos que essa é a prioridade agora, perceber como é que vai ser a nossa adaptação a este novo atendimento social que vai começar agora e, portanto, temos de ir passo a passo e para depois não fazermos tudo pela metade vamos tentar agora sistematizar e perceber como é que vai... porque nós próprios, uma coisa é ter as formações e os técnicos neste momento e eu esqueci-me de referir há pouco, os técnicos neste momento já têm as formações todas ministradas e já têm os seus os diplomas de como mexer na plataforma e tudo mais e de como devem fazer o atendimento, mas uma coisa é ter a formação, outra coisa é estar no terreno. São duas coisas diferentes. E por isso queremos agora perceber como é que correm os primeiros tempos e qual é a afluência que temos e qual é a nossa resposta para depois passarmos a outros pontos, mas de qualquer das formas todos os beneficiários do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, salvo erro anda na ordem dos seiscentos, têm essa formação, está bem? Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Mais ninguém quer interferir acerca do ponto número 2? Então vou passar à votação. Ponto 2, apreciação e votação do contrato inter administrativo para reforço do apoio alimentar às populações carenciadas da Freguesia. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, a proposta votada por unanimidade com 9 votos a favor do PS, 4 do PSD, 2 do CDS, 2 do Chega, 1 do Bloco de Esquerda e 3 da CDU. Então vou passar ao ponto número 3. Apreciação e votação do protocolo apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas. Algum dos partidos quer interferir? Rui Mourato do PSD, Susana do Partido Chega e o Sr. Israel da CDU. Rui, se faz favor, do PSD.

**Vogal Rui Mourato (PSD):** Ora, muito boa noite novamente, Sr. Presidente, muito rápido. Era mais uns pequenos esclarecimentos do modo como vamos operacionalizar ou como vai ser operacionalizado este protocolo. Por aquilo que li, o Executivo compromete-se a fazer um pagamento de dez euros por garrafa, não é? E tem também depois um retorno de um euro e meio. No ponto 7, vejo que estão atribuídas apenas mil e quinhentos euros a este projeto. Pergunto se este dinheiro é atribuído à Junta consoante as candidaturas, como é que elas são feitas e onde, porque mais uma vez voltamos à falta de espaço, que aqui tem muitas vezes dito, para receber as pessoas ali na Junta e vai ser mais um serviço que é prestado ali ao balcão. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** D. Susana do Partido Chega, faz favor.

**Vogal Susana Beja (Chega):** Eu quero apenas congratular porque como a Presidente já referiu, eu em dezembro questionei, de facto, ali, já no final da reunião e entendi perfeitamente o porquê e quero congratular desta vez a Junta de Freguesia poder chegar-se à frente no apoio ao gás para as famílias mais carenciadas. Apenas isso.

**Vogal Israel Luís (CDU):** Boa noite novamente. A CDU vai votar favoravelmente neste ponto, no entanto, queríamos dar aqui uma palavra, que era o seguinte. Os tempos são difíceis e, de facto, este apoio é muito importante para quem dele depende. No entanto, nós estamos a utilizar este tipo de apoios temporários porque o que se devia realmente efetivar é o aumento do rendimento da população e não manter estes preços ao sabor do privado e fazer aqui uma atribuição de verbas ao privado, ou seja, porque os preços continuam a cavalgar, o Governo cria estas verbas para atribuição e de facto neste momento em que nós estamos a passar é muito importante para muitas famílias, no entanto, não podemos esquecer que isto é estar a dar aos privados e devia ser a dar à população a forma de escolha de utilização dos seus bens financeiros. E seria com o aumento do salário mínimo, como o Partido tem referido, de oitocentos e cinquenta euros e não estar aqui a dar estas verbas... depois nos países da União Europeia nós somos conhecidos como os subsidio dependentes, que é o que isto aponta sempre. Muito obrigado, boa noite.

**Presidente da Assembleia:** Faz favor, Sra. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Respondendo ao Vogal do PSD, ao Vogal Rui Mourato Lopes, a primeira é validar na plataforma e a plataforma diz logo sem critérios para isso ou não. Portanto, a verba não é atribuída de uma vez, é que da candidatura vem a verba até o esgotamento da mesma. Nós depois podemos fazer reforços ou não, consoante... foi uma média feita porque nós não sabemos quando é que a verba vai acabar, pode acabar daqui a duas semanas, não temos qualquer noção disso. E o valor é atribuído dessa forma, é tudo validado numa plataforma, portanto, as pessoas chegam lá com os documentos e nós pomos numa plataforma, é mais ou menos o mesmo fazer um atestado, talvez demore mais cinco minutos que um atestado. O dinheiro é entregue à Junta. Relativamente à Vogal do Chega, de facto assumi logo, na minha apresentação que tinha sido a única pessoa a questionar sobre isso, não queria deixar de o referir porque o fez. Relativamente ao Sr. Vogal da CDU, não é para aqui... nós ou aproveitamos o que nos dão ou não aproveitamos e assim ajudamos a nossa população e, portanto, é só essa a nossa opção. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Faz favor, Sr. Israel.

**Vogal Israel Luís (CDU):** Sra. Presidente, nós de facto temos essa noção, que não é para aqui, isto é a posição política, isto aqui também se fala de política, não é só temas da Freguesia. Mas também está subjacente temas da Freguesia, é a atribuição da verba e também aqui o aumento dos rendimentos da população, não é? Pronto, isto é a nossa posição política. Mas nós sabemos que não tem nada a ver para aqui. Ou seja, é só para esclarecer. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Mais alguém quer intervir sobre o ponto número 3? Então vou passar à votação. Apreciação e votação do protocolo apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos, beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, proposta aceite e votada por unanimidade com 9 votos a favor do PS, 4 do PSD, 3 da CDU, 2 do Chega, 2 do CDS e 1 do Bloco de Esquerda. Ponto número 4, apreciação e votação do contrato inter administrativo para serviços de atendimento e acompanhamento social integrado. Alguns dos partidos quer interferir neste ponto? PSD e CDU. Sr. Rui, faz favor, do PSD.

**Vogal Rui Mourato (PSD):** Ora, boa noite mais uma vez. Sra. Presidente, são também aqui pequenos esclarecimentos. Ali acompanhantes, isto é engraçado, PSD e CDU agora parece que andam aqui lado a lado. E de facto isto é político também, todos estes esclarecimentos que aqui lhe estou a pedir são também políticos porque não basta anunciar tenho que perceber como é que eles são executados. E aqui neste ponto 4... o ponto 5 é um bocadinho mais preocupante, aqui neste ponto 4 salta-me aqui... mais uma vez preocupado como é que ele vai ser executado, não sei se haverá capacidade ou não, mas o valor que lhe é aqui atribuído entre abril e dezembro, para recursos humanos trinta e nove mil euros, isto dá à volta de quatro mil euros por mês e mil trezentos e cinquenta para despesas de funcionamento, que dá cento e cinquenta euros por mês, o que me parece manifestamente pouco para um serviço deste. Portanto, a minha pergunta é como é que vai ser operacionalizado, se estes recursos humanos são nossos, se são contratados... a médio prazo... isto é uma questão... o serviço vai ter que ficar, não é? Portanto, perguntava como é que vai ser operacionalizado também este ponto. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Sr. Luís Mendes.

**Vogal Luís Mendes (CDU):** Sobre este ponto, em relação ao contrato interadministrativo e à delegação de competências no âmbito do designado Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, é caso para dizer que muitas autarquias resistiram até ao limite e bem, dizemos nós, CDU, à imposição desta transferência de competências na área social que estava prevista para acontecer em janeiro de 2019. Ainda recentemente, isto é, em 24 de janeiro passado, o Executivo camarário e, em 17 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Sintra, se pronunciaram no sentido de prorrogar o prazo de assunção desta delegação de competências até 3 de abril de 2023, ou seja, até ao limite do prazo de acordo com a lei. De facto e se no domínio da transferência de competências na área da educação já tínhamos bastantes e graves problemas, aqui, no domínio da área social, os problemas assumem uma complexidade e uma sensibilidade

ainda maiores. Problemas estes que resultam quer da degradação da situação social e das conseqüentes dificuldades acrescidas de muitas famílias, quer das inevitáveis pressões que se colocarão por parte de instituições que exercem algumas destas competências protocoladas com a segurança social, competências estas que são exercidas na base de acordos com mais de uma década e sem qualquer atualização. A tudo isto, podemos ainda acrescentar o perigo das derivas assistencialistas, populistas e demagógicas presentes na atribuição dos chamados subsídios eventuais. Esta é, efetivamente, uma transferência que se insere na desconfiguração das funções sociais do Estado e das competências próprias das autarquias, pondo a nu a progressiva desresponsabilização do Estado, levando à fragilização dos serviços da Segurança Social. Teríamos menos serviços, menos trabalhadores, menor proximidade e menor acompanhamento, isto articulado com o uso de outras instituições, muito em particular com a rede de IPSS. Esta transferência agravará desigualdades territoriais decorrentes das distintas capacidades de cada autarquia, comprometendo o acesso à proteção social e comprometendo a garantia de um serviço público, que se quer acessível, universal e de qualidade. Chegamos a um ponto em que a imposição desta responsabilidade pode prejudicar aqueles que mais necessitam e neste sentido, a CDU Rio de Mouro identifica alguns procedimentos e medidas a implementar, nomeadamente os seguintes: primeiro, a necessidade de exigir do Governo a atualização e revisão obrigatória dos acordos em vigência com as IPSS em todas as suas dimensões, recursos técnicos, logísticos, número de processos, dotação financeira, incluindo as disparidades e não uniformidade dos valores-custos por processo e por protocolos e também o número de processos protocolados com as instituições. Dois, segundo ponto, não se afigurando possível nem desejado alterar o exercício das competências atualmente delegadas pela Segurança Social nas IPSS, esta responsabilidade deve ser prolongada, sem prejuízo de reavaliação futura. Em regra, havendo exercício direto pelos serviços da Segurança Social, deve procurar-se que seja a autarquia a assumi-lo. Terceiro ponto, nortear o relacionamento com as IPSS que hoje assumem funções, quer no rendimento social de inserção, quer no acompanhamento social, limitado a estas funções, não permitindo que o conjunto de apoios e problemas, tal como, por exemplo, défice de viaturas, problemas de tesouraria e outros, que cabem à Segurança Social resolver com estas instituições, passem a ser dirigidos à autarquia. Quarto ponto, afetar os meios humanos e organizacionais necessários ao exercício da competência, seja pelo recurso a técnicos da autarquia, seja pela abertura de processos concursais. A eventual contratação de prestação de serviços, tendo em conta os prazos concursais, deve ter caráter excecional e transitório. Quinto ponto e penúltimo, a atribuição de subsídios eventuais carece de regulamentos. Num quadro em que a orientação deve ser de natureza restritiva quanto à multiplicação, diversificação de subsídios, a base deve ser a dos atuais regulamentos que traduzem o acervo de intervenções que correspondem ao que as autarquias já assumiram no plano de apoios sociais, prevenindo assim derivas assistencialistas que, avulsadamente, poderão surgir. Sexto e último ponto, acionamento das comissões de acompanhamento, exigindo a presença da Segurança Social, garantindo aí um espaço de intervenção e esclarecimento políticos, quanto à delimitação de competências. Disse.

**Presidente da Assembleia:** Sra. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Muito obrigada Sr. Presidente. Sr. Vogal do PSD, Rui Mourato Lopes, o valor é calculado com base num pagamento de dois técnicos superiores para 14 meses. A operacionalização, é disso que estamos a tratar, temos um gabinete de ação social, temos locais para fazer o atendimento... nós já temos o gabinete, esta é a verdade, e, portanto, a única coisa que nós vamos ter de adaptar e só vamos ter de perceber se temos de adaptar ou não, é os dias de atendimento e a quantidade de atendimentos que se faz por dia. Porque nós neste momento não temos sequer atendimentos todos os dias e, portanto, foi feito um rácio consoante os atendimentos... chegou-se a este número porque foi feito um rácio consoante os atendimentos que houve por parte da Segurança Social a fregueses de Rio de Mouro o ano passado e fez-se um rácio de 250 para um técnico, penso que foi esse o rácio se não me falha a memória, portanto, que é perfeitamente fazível, os técnicos quando falei com eles, aliás, estão entusiasmados com a medida porque sentem que é um reconhecimento na realidade do trabalho que eles têm feito, não é? E, portanto, nós já temos este gabinete montado, nós já temos o gabinete de ação social montado e na realidade isto é um reconhecimento daquilo que fazemos e é isso que sentimos neste momento. Mas para lhe dar a nota que o valor foi calculado dessa forma. O valor para instalações, a Câmara fez uma divisão consoante aquilo que recebia, não ficou com nada, esse sim concordamos que é um pouco insuficiente, no nosso caso não será dramático porque as instalações estão lá, são nossas e, portanto, tudo o que vier vai amortizar naquilo que nós próprios já pagamos. Agora, este primeiro contrato é durante um ano. Durante um ano, até ao final do ano, bem entendido. E, portanto, vamos todos perceber, quer Rio de Mouro, quer as outras Juntas e com certeza vamos ter todos dificuldades diferentes porque as realidades são diferentes e os desafios são naturalmente diferentes, o que é que haverá para melhorar ou não. E esse é um dos motivos também pelo qual este protocolo foi só até o final do ano, porque há de facto aqui uma face piloto, se quisermos, para todos nós percebemos o que é que vamos enfrentar, o que é que nos vai aparecer pela frente e o que é que deve ser ajustado. E, portanto, estou certa de que daqui a uns meses estaremos a discutir - estou certa não, tenho a certeza porque vai ter de ser feito outro protocolo - que estaremos a discutir novamente esta questão e com dados concretos para apresentar e com o feedback daquilo que corre bem e corre mal e como é que está a funcionar na Junta de Freguesia de Rio de Mouro. E, portanto, muito obrigada e é tudo.

**Presidente da Assembleia:** Mais ninguém quer intervir neste ponto? Então vou passar à votação. Apreciação e votação do contrato interadministrativo para serviços de atendimento e acompanhamento social integral. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, aprovado por unanimidade, 21 votos a favor, 9 do PS, 4 do PSD, 2 do CDS, 2 do Chega, 3 do CDU e 1 do Bloco de Esquerda. Passar ao ponto número 5, apreciação e votação do contrato interadministrativo para gestão e conservação do espaço público. Algum dos partidos quer intervir neste? CDU, Bloco de Esquerda e PSD. Sr. Israel, faz favor da CDU.

**Vogal Israel Luís (CDU):** Boa noite mais uma vez. Isto é apenas uma dúvida na leitura que fiz, é apenas um esclarecimento, que é o seguinte. Fiquei na dúvida, relativamente à responsabilidade de limpeza das bermas, fala lá com um mínimo de 3 metros, desde a faixa de rodagem. Então e se for menos de 3 metros, já não limpamos? Já é outra área camarária que faz? É que fiquei com aquela dúvida. Pronto, era só isto, muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Bloco de Esquerda, Dra. Sara, faz favor.

**Vogal Sara Barbosa (BE):** Relativamente a este ponto também gostaria apenas de colocar duas ou três questões acerca da gestão dos espaços públicos, nomeadamente se esta gestão vai ser feita contratando novas equipas, criando mais postos de trabalho ou se vai funcionar apenas como reforço e com mais meios para o que já existe. Isto no sentido também de perceber se está pensada a existência de novos espaços e sobretudo de novos horários disponíveis para a população, nomeadamente no que diz respeito aos locais onde as pessoas, principalmente os jovens, possam praticar desporto, possam fazer outras atividades como jogos, como outras sessões, sem que tenham que passar por um processo muito burocrático para reservarem, por exemplo, um espaço onde possam fazer alguma coisa. Por exemplo, eu lembro-me o que se passa com o pavilhão multiusos que realmente é relativamente pouco usado uma vez que é bastante complicado, sei lá, por exemplo, um grupo marcar aqui o jogo ou assim, pronto, era só neste sentido, se está pensado haver mais acessibilidade, mais espaços, mais sítios onde as pessoas se possam encontrar, já que vai eventualmente haver mais meios para isso. Obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Sr. Rui Mourato, do Partido Social-Democrático.

**Vogal Rui Mourato (PSD):** Ora, boa noite mais uma vez. Este é de facto o ponto que mais me preocupa porque lendo o protocolo, no anexo 1 temos: Competências delegadas, proceder à conservação e manutenção de zonas de circulação pedonal, passeios, escadarias, rampas e outras zonas de circulação. Reparação e/ou substituição de todo o tipo de revestimento do piso, independentemente da sua natureza ou tipologia. Reparação ou substituição de peças de lancil. Reparação e/ou substituição de elementos tácteis na aproximação e passadeiras. Reparação ou substituição de espelhos e coberturas de graus, de escadarias e patins. Reparação e/ou reconstrução de muretes, incluindo pintura e superfícies. Reparação e/ou substituição de corrimãos. Proceder à limpeza e despejo de papeleiras existentes em percursos pedonais, no interior de espaços verdes, parques urbanos e jardins, incluindo a sua substituição sempre que necessário, papeleiras a fornecer para a Câmara Municipal de Sintra. Proceder à reposição dos elementos de proteção, designadamente de balizadores rígidos, independentemente do tipo de material, de guardas de proteção, existências a fornecer pela Câmara Municipal de Sintra, incluindo a repintura e o tratamento de madeiramentos, quando aplicável. Proceder à limpeza, à desmatação de bermas e valetas de vias e caminhos, incluindo a remoção de todos os resíduos, independentemente da sua natureza. Proceder à desmatação de bermas por meio de mecânicos ou manuais, numa largura de faixa mínima de 3 metros a partir do (impercetível) do pavimento. Proceder à limpeza de bermas e valetas, designadamente à remoção de lamas, de terras, de areias e similares e deservagem. Proceder à remoção de todos os resíduos resultantes de limpeza e existentes no local, verdes e diferenciados, sempre que possível no próprio dia em que são produzidos. Manutenção de chafarizes, fontes, fontanários e lavadouros, se aplicável. Proceder à pintura de tetos, paredes, muros, muretes e outros elementos delimitadores em espaço público. Reparação de rebocos ou outros elementos de revestimento de muretes. Reparação e ou substituição de coberturas e qualquer tipo de revestimento do piso, independentemente da sua natureza ou tipologia. Repintura ou (impercetível) de elementos diversos. Reparação e/ou substituição de canalizações e

torneiras. Reparação e/ou reconstrução de tanques. Limpeza e reparação de elementos de drenagem. Limpeza geral de todas as superfícies e respetivos envolventes. A segunda outorgante é ainda responsável pela conservação e manutenção de vias e caminhos, objeto do presente contrato, para todos os efeitos resultantes da aplicação da legislação aplicável em vigor, remetendo à primeira outorgante os relatórios referidos na cláusula 10 do presente contrato, com descrição tal. Depois, ponto 3, gestão e manutenção de recintos desportivos cobertos. Definir os horários de funcionamento dos recintos desportivos, assegurando a sua abertura e fecho, se justificável ou aplicável. Proceder à conservação, à manutenção das vedações, portões, fechaduras, redes de impacto e cobertura, bancadas e outros elementos de envolvente aos campos de jogos, nomeadamente as tabelas delimitadoras. Proceder à manutenção da área dos campos de jogos, nomeadamente repintura das superfícies e marcação das linhas de jogo. Proceder à manutenção e à substituição de equipamentos desportivos existentes, nomeadamente redes, tabelas, balizas e respetivos suportes, incluindo as placas identificativas. Proceder à pintura de muros e muretes e outros elementos delimitadores do espaço, incluindo a reparação e/ou a reconstrução dos mesmos. Proceder ao despejo e à limpeza das papeleiras. Assegurar a limpeza geral de todos os elementos constituintes, incluindo a remoção de resíduos de qualquer natureza, remoção de grafites e lavagem de pavimentos. A segunda outorgante deverá remeter à primeira outorgante os relatórios. A substituição de elementos, equipamentos ou pelo seu equivalente, sempre que decorra essa necessidade deve ser objeto de prévia comunicação ao primeiro outorgante. Depois, conservação e manutenção das vias e caminhos, por fim. Recursos financeiros, transferir para a segunda outorgante, cento e catorze mil novecentos e cinquenta três euros e noventa e um cêntimos. É possível aceitar isto tudo, Sra. Presidente? Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Sra. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Começando pelo fim... não percebi o valor.

**Vogal Rui Mourato (PSD):** Segunda outorgante, cento e catorze mil novecentos e cinquenta três euros e noventa e um cêntimos.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Ah! As vias é cento e catorze mil, só as vias, depois ainda tem o resto. É muito simples, já fazemos isto tudo. Isto já são competências que já nos são transferidas, nós estamos a ter uma atualização de 20% num protocolo que não era mexido desde 2013. Portanto, aquilo que temos feito até agora e atenção que, por exemplo, quando falamos em recintos descobertos, não está aqui, por exemplo, o ringue da Serra das Minas. Esse ainda não passou para nós, porque esse está no Parque Urbano da Serra das Minas que tem um contrato de transferências de competências à parte e que ainda não passou para a Junta de Freguesia, nada daquele espaço é competência nossa, é ainda da Câmara Municipal de Sintra. E, portanto, o que nós temos feito até aqui, sempre que o Município é e nos polidesportivos descobertos já aconteceu, quando acaba a verba nós notificamos a Câmara Municipal que não é possível fazer mais reparações no espaço ao abrigo do protocolo. Mas na realidade aquilo que temos aqui é um aumento de 20% por uma coisa que já fazemos há muitos, muitos anos e que tem sido sempre responsabilidade da Junta de Freguesia e que está com as Juntas de

Freguesia e todas elas cumprem e vimos aqui aumentado em 20% relativamente às vias. Todas as Juntas de Freguesia tiveram uma majoração, além dos 20% que tem a ver com o número de quilómetros que têm, salvo erro nós somos a quarta com uma maior majoração. E, portanto, se me perguntar, preocupa-me? por um lado sim, por outro lado não, temos feito com menos e, portanto, agora 20% é bom. É bom, é um aumento, é uma atualização. A perfeição diria que é difícil de alcançar, nós sempre nos batemos pela transferência de competências, acho que o temos feito... acho sinceramente que o temos feito bem e que o temos visto reconhecido. É um caminho e, portanto, é um caminho que é para ser monitorizado por todos nós. Relativamente a... isto acaba por responder também à Vogal do Bloco de Esquerda, nós não vamos aqui construir nada de novo. Isto são 20% de atualização de um protocolo já existente, portanto, na realidade, este protocolo já existia, nós já tínhamos estas competências todas e o que aconteceu foi uma atualização de verba para fazer face ao aumento dos preços que foi havendo ao longo dos anos. Foi isso que aconteceu, sim. As equipas são as mesmas, já são as que fazem, portanto, tudo isto nós já sabíamos que tudo isto era responsabilidade nossa. Não há aqui nada que não estivesse previsto ou que nós não fizéssemos. Temos uma atualização do valor recebido de 20%. Relativamente à faixa de 3 metros, é até 3 metros, se for menos continua a ser da nossa responsabilidade, se for mais não teremos de o fazer, ninguém anda ali com esquadro e régua, como se costuma dizer, acho que parte um bocadinho do senso comum, mas é até 3 metros a faixa.

**Vogal Rui Mourato (PSD):** Mínimo de 3 metros.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Pronto, mínimo de 3 metros, mais do que isso não somos obrigados a fazer, é uma berma, se forem medir uma berma é uma berma. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Rui Mourato do PSD.

**Vogal Rui Mourato (PSD):** Sr. Presidente, esta minha questão prende-se do facto de que em várias Assembleias, quando perguntávamos pela deservagem, quando perguntávamos pelas bermas, diziam que era da Câmara. Por isso, hoje, aqui assumimos que é a Junta que faz. E manifestamente não faz com equilíbrio, não faz o suficiente. Não quer dizer que não queira fazer, não estou a dizer que não o faz intencionalmente, nunca o disse, mas a nossa Freguesia tem esta carência e as queixas surgem aqui sempre que há uma Assembleia. Portanto, a delegação de competências é, sim senhora, um caminho positivo, é assim que deve ser, mas deve ser uma delegação... não deve ser só executiva, deve ter responsabilidade e deve ter capacidade porque assim vai ser fácil, não é? É passarem para as Freguesias as obrigações a um custo baixo, as contas das Câmaras começarão a andar todas bonitas, os funcionários da Junta começam a andar todos de rastos e o dinheiro não chega! É o que vai acontecer. Muito obrigado.

**Vogal Israel Luís (CDU):** Só um esclarecimento. O que está escrito naquele ponto é deservagem no mínimo de 3 metros, ou seja, se for 2 metros e 90 já não é feito o serviço por nós. Exato, isso está ali um erro. Assumo que esteja ali um erro. E já agora, apesar de haver aqui... neste protocolo ser algo que já vinha do anterior, mas há funções novas. Nós não fazíamos deservagem.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Fazíamos.

**Vogal Israel Luís (CDU):** Fazíamos deservagem? Não ponha a mão na cabeça, não vale a pena! O que eu vejo é o pessoal da SUMA a fazer deservagem, não vejo o pessoal da Junta de Freguesia a fazer deservagens. Pronto, se calhar estou enganado, não estou a ver bem a farda. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Sra. Presidente, faz favor.

**Presidente da Junta de Freguesia:** Se calhar está. Porque uma berma e um passeio são duas coisas diferentes, se calhar há um problema de conceitos. Uma berma e um passeio são duas coisas diferentes, nós não temos aqui uma única competência nova e isto é uma atualização de protocolo existente... vou dar um exemplo, papeleiras, Matinha de Fitares, é higiene pública! Tanto que a Câmara diz que dá as papeleiras! Pronto, não há aqui nada de novo. Tudo o que está aqui já fazíamos, não vai ver a Junta a deservar passeios... quer dizer, até pode ver se nós entendermos que aquele passeio necessita de intervenção urgente e vamos lá nós, isso é uma prerrogativa do Executivo fazê-lo ou não, mas não temos aqui a obrigação da deservagem de passeios. Continua, infelizmente para nós, a ser a SUMA. Muito infelizmente para nós. Nós já fazíamos tudo aquilo que aqui está, é tão somente uma... tão somente que não é somente nada porque é a verba que entra para a Junta de Freguesia, 20% de atualização de protocolos anteriormente assumidos. É isto que está em causa.

**Presidente da Assembleia:** Faz favor, Sr. Israel da CDU.

**Vogal Israel Luís (CDU):** Vamos cá ver uma coisa, há ali qualquer coisa que não está bem naquele protocolo, há mínimos e máximos, não é? Uma coisa é para lá de algo que não se faz, agora quando está ali a fazer no mínimo 3 metros está a definir que só vai fazer se tiver pelo menos 3 metros. Menos de 3 metros não faz. E outra coisa, não está ali a falar de passeios, está ali a falar de bermas. Eu nunca vi ninguém da Junta de Freguesia a desmatar bermas. Nunca vi! Eu o que vejo são as pessoas da SUMA. Bem, ao pé da minha casa tenho bermas e vejo a porcaria como aquilo fica quando vão lá limpar. A mesma coisa, já agora estamos a falar das valetas. Se são coisas que a Junta faz, então não está a fazer o trabalho como deve ser. Se for à Calçada da Rinchoa, junto ao Museu Leal da Câmara, tem ali muito para limpar. E então? Onde é que está a limpeza e onde é que está o protocolo que já vinha de não sei de quando? Se a Sra. Presidente quiser ir lá comigo nós combinamos e vou-lhe mostrar por A+B que aquilo não está a ser feito como deve ser. E atenção, porque aquilo são zonas de escoamento de águas e com certeza que os moradores que ali também residem também têm essa perceção, que as valas não estão a funcionar, estão cheias de terra. Pronto. Onde é que está aí então o trabalho da Junta? Que eu não vejo. Obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Sra. Presidente quer responder?

**Presidente da Junta de Freguesia:** Sr. Presidente, começámos em bermas, já passamos por passeios, agora estamos em valetas. Portanto, já expliquei o que é o protocolo, o protocolo está aqui para se ler, não sei se é um problema de matemática, se é um problema de conceção do que são 3 metros, do que são 2 metros, do que são valetas, do que são bermas, volto a referir, o anterior protocolo já existia. Isto é uma atualização do valor, não tenho mais nada a acrescentar e acho que já esclareci a Assembleia em tudo o que era para esclarecer. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia:** Não havendo mais discussão sobre o ponto número 5, vou pôr à votação o ponto número 5. Apreciação e votação do contrato interadministrativo para gestão e conservação dos espaços públicos. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade com 21 votos, 9 a favor do PS, 4 do PSD, 2 do CDS, 2 do Chega, 1 do Bloco de Esquerda e 3 da CDU. Vou passar ao ponto número 6, apreciação e votação do aditamento ao auto de transferência de recursos número 129/2020, no âmbito da competência da gestão e manutenção dos espaços verdes. Algum dos partidos da Assembleia querem interferir neste ponto, do ponto 6? Ninguém. Então vou pôr à votação o ponto número 6. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? O ponto número 6 foi aprovado por unanimidade com 21 votos a favor, 9 do PS, 4 do PSD, 2 do CDS, 2 do Partido Chega, 1 do Bloco de Esquerda e 3 da CDU. Ponto número 7, apreciação e votação da 2ª Revisão Orçamental. CDU. Israel, faz favor.

**Vogal Israel Luís (CDU):** Boa noite novamente. Depois de uma troca de palavras mais acesa, agora menos acesa. Queríamos congratular o Executivo por nos ter dado ouvidos às nossas reivindicações e à nossa moção colocada e aprovada por unanimidade para a atribuição de mais verbas às associações humanitárias que nos prestam serviço, neste caso o incremento de mais 30 mil euros, ou seja, a doação de mais 30 mil euros ao orçamento. É de facto bastante importante tendo em conta que os custos de combustíveis e de manutenção das viaturas, que têm aumentado e para além de que sabemos que as associações de bombeiros têm grandes dificuldades. Pronto, é um voto de apreço, muito obrigado, boa noite.

**Presidente da Assembleia:** Não havendo mais discussão sobre o ponto número 7, vou pôr à votação. Apreciação e votação da 2ª alteração orçamental. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por maioria com 9 votos a favor do PS, 4 do PSD, 2 do CDS, 1 do Bloco de Esquerda e 3 votos de abstenção da CDU e 2 do Chega. Chegámos ao fim dos trabalhos pelo que pergunto se todos os pontos podem ser aprovados em minuta. Votos contra? Abstencões? Votos a favor? aprovado por unanimidade com 21 votos a favor, 9 do PS, 4 do PSD, 2 do CDS, 2 do Partido Chega, 1 do Bloco de Esquerda e 3 da CDU. Estão encerrados os trabalhos. Desejo uma boa noite.

A Presidente da Mesa da Assembleia

O Primeiro Secretário

## O Segundo Secretário



## Declaração de Voto

Sobre este ponto em relação ao contrato Interadministrativo e à Delegação de competências no âmbito do designado “Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado”, é caso para dizer que muitas autarquias resistiram até ao limite, e bem, dizemos nós CDU, à imposição desta transferência de competências na área social que estava prevista para acontecer em janeiro de 2019.

Ainda recentemente, isto é, em 24 de janeiro passado o executivo camarário, e em 17 de fevereiro a Assembleia Municipal de Sintra, se pronunciaram no sentido de prorrogar o prazo da assumpção desta delegação de competências até 3 de abril de 2023, ou seja, até ao limite do prazo, de acordo com a lei.

De facto, e se no domínio da transferência de competências na área da Educação já tínhamos bastantes e graves problemas, aqui, no domínio da área social, os problemas assumem uma complexidade e uma sensibilidade ainda maiores, problemas estes que resultam, quer da degradação da situação social e das conseqüentes dificuldades acrescidas de muitas famílias, quer das inevitáveis pressões que se colocarão por parte de instituições que exercem algumas destas competências protocoladas com a Segurança Social, competências estas que são exercidas na base de acordos com mais de uma década e sem qualquer actualização.

A tudo isto, podemos ainda acrescentar o perigo das derivas assistencialistas, populistas e demagógicas que outros se encarregarão de promover na atribuição dos chamados subsídios eventuais.

Esta é, efectivamente, uma transferência que se insere na desconfiguração das funções sociais do Estado e das competências próprias das autarquias, pondo a nu a progressiva desresponsabilização do Estado, levando à fragilização dos serviços de Segurança Social (teremos menos serviços, menos trabalhadores, menor proximidade e menor acompanhamento), isto articulado com o uso de outras instituições, muito em particular, com a rede de IPSSs.

Esta transferência agravará desigualdades territoriais decorrentes das distintas capacidades de cada autarquia comprometendo o acesso à protecção social e comprometendo a garantia de um serviço público, que se quer acessível, universal e de qualidade.

Chegamos a um ponto em que a imposição desta responsabilidade pode prejudicar aqueles que mais necessitam. Neste sentido, a CDU identifica alguns procedimentos e medidas a implementar, nomeadamente os seguintes:

1. A necessidade de exigir do governo a actualização/revisão obrigatória dos acordos em vigência com as IPSS em todas as suas dimensões (recursos técnicos e logísticos, número de processos e a dotação financeira), incluindo as disparidades e não uniformidade nos valores/custos por processo e por protocolos e também o número de processos protocolados com as Instituições.
2. Não se afigurando possível, nem desejável, alterar o exercício das competências actualmente delegadas pela SS nas IPSS, esta responsabilidade deve ser prolongada, sem prejuízo de reavaliação futura. Em regra, havendo exercício directo pelos serviços da SS deve procurar-se que seja a autarquia a assumi-lo;
3. Nortear o relacionamento com as IPSS que hoje assumem funções, quer no RSI quer no acompanhamento social, limitado a estas funções, não permitindo que o conjunto de apoios e problemas (tais como: défices de viaturas, problemas de tesouraria, e outros) que cabem à Segurança Social resolver com estas instituições passem a ser dirigidos à autarquia;
4. Afectar os meios humanos e organizacionais necessários ao exercício da competência, seja pelo recurso a técnicos da autarquia, seja pela abertura de processo concursais. A eventual contratação



de prestação de serviços tendo em conta os prazos concursais deve ter carácter excepcional e transitório;

5. A atribuição de subsídios eventuais carece de regulamentos. Num quadro em que a orientação deve ser de natureza restritiva quanto à multiplicação/diversificação de subsídios, a base deve ser a dos actuais regulamentos que traduzem o acervo de intervenções que correspondem ao que as autarquias já assumiam no plano dos apoios sociais, prevenindo assim derivas assistencialistas que, avulsamente, alguns poderão ter a tentação de impor;

6. Accionamento das Comissões de Acompanhamento exigindo a presença da Segurança Social garantindo aí um espaço de intervenção e esclarecimento políticos quanto à delimitação de competências.

A bancada CDU da Assembleia de Freguesia de Rio de Mouro  
30 de Março de 2023